

Desafios da família na atualidade: perspectivas sobre a educação e religião

Current family challenges: viewpoints on education and religion

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva¹

Ivonete Barreto de Amorim²

Selma Barros Daltro de Castro³

Resumo

Este artigo tem como objetivo explicitar algumas questões acerca dos desafios da família na atualidade, destacando algumas perspectivas sobre a educação e a religião. Sabe-se que na contemporaneidade, convivemos com inúmeros desafios em diferentes campos do conhecimento, em face das modificações nos contextos político, econômico, social e cultural. Não obstante, a família tem passando por transformações, as quais reverberam nos seus arranjos, interações e crenças com os sujeitos que as compõem. Com base nessa compreensão, destacamos as contribuições teóricas de Ariès (1981), Giddens (2010), Sarti (1995), Freire (2006), dentre outros que dialogam com questões referentes a educação e a religião.

Palavras-chave: Desafios; Religião e Educação; Família; Perspectivas.

Abstract

The aim of this article is to disentangle some inquires on current family challenges by addressing some viewpoints on education and religion. It is know that contemporaneity poses a number of challenges in different areas of knowledge in the face of changes in the political, social, economic and cultural context. Nevertheless, the family unit has gone through transformations that reverberate through its organization, as well as through its members' interactions and beliefs. Considering all those, and just to mention a few, we make use of

¹ Pós-doutora em Educação e Contemporaneidade pela PPGEduC- UNEB. Doutora em Ciências da Religião pela PUC-GO. Profa. Adjunta – DEDC UNEB - Campus XII. Coordenadora Institucional de Mobilidade e Intercâmbio (SERINT). Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Profa e Coordenadora do Mestrado Profissional MPIES. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS).

² Pós-doutora em Educação e Contemporaneidade pela PPGEduC- UNEB. Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pela UCSAL. Profa. Adjunta – DEDC UNEB - Campus XI. Profa e Vice coordenadora do Mestrado Profissional MPIES. Líder do Grupo de Pesquisa EPODS.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) – FACED. Profa. Assitente – DEDC UNEB - Campus XI. Profa do Mestrado Profissional MPIES. Vice-líder do Grupo de Pesquisa EPODS.

Ariès` (1981), Giddens` (2010), Sarti`s (1995), Freire`s (2006) contributions on education and religion.

Keywords: Challenges; Religion and Education; Family; Outlook.

Introdução

Na contemporaneidade, convivemos com inúmeros desafios em diferentes campos do conhecimento, em face das modificações nos contextos político, econômico, social e cultural. Com efeito, é oportuno destacar que as mudanças reverberam nas instituições e nas pessoas através de perspectivas que apresentam novos sentidos, os quais, diante das especificidades dos contextos, podem trazer pontos e contrapontos sobre o mesmo tema estudado ou referendado. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo explicitar algumas questões acerca dos desafios da família na atualidade, destacando perspectivas sobre a educação e religião.

A família é o primeiro grupo social a que os seres humanos pertencem. Portanto, é por meio dela que os indivíduos recebem as primeiras orientações para viver em sociedade, tais como as normas, estilos de vida e todos os valores éticos, morais e religiosos. Não faremos, nos limites deste estudo, um tratamento exaustivo de todo o debate sobre a família, uma vez que entraríamos em um campo em que há muitos pontos de vista, às vezes contraditórios, na denominação e caracterização de um mesmo aspecto. Além disso, esse debate já vem sendo sintetizado por muitos outros pesquisadores sobre a temática. Ater-nos-emos apenas aos aspectos que mais diretamente iluminam nossa análise, de uma maneira mais específica, sem nos exaurirmos a aprofundar sobre o tema, dada a sua dimensão.

Este estudo tem como aporte metodológico a pesquisa bibliografia. De acordo com Boccato (2006), a supracitada pesquisa visa a resolutividade do problema, a partir dos referenciais teóricos publicados, buscando analisar e

discutir os vários arcabouços científicos, concernentes ao objeto a ser estudado apresentado a partir da literatura publicada. Devido a sua especificidade, assim como os demais aportes metodológicos, a pesquisa bibliográfica requer toda uma dedicação e planejamento sistemático do pesquisador em todas as etapas, desde a escolha do objeto a ser estudado, o levantamento do problema a ser investigado, a escolha da literatura, o tratamento análise dos dados e a apresentação dos resultados. Primando por uma sequência lógica de coerência e coesão do estudo para que possa alcançar o objetivo proposto.

Lima e Miotto (2007) distinguem a revisão de literatura da pesquisa bibliográfica, referendando a primeira como um pré-requisito para a realização de todo e qualquer estudo de cunho científico. Já a segunda, ou seja, a pesquisa bibliográfica é um aporte metodológico que requer um rigor científico e possui procedimentos ordenados e definidos de análise e solução do objeto a ser estudado, não podendo de forma alguma ser utilizado de maneira aleatória. No entanto, esse tipo de pesquisa é muito utilizado para temáticas inéditas e temas pouco explorados, assim como o ponto de partida para outros tipos de pesquisa.

Embasados nessa compreensão, destacamos as contribuições teóricas de Ariès (1981), Giddens (2010), Sarti (1995), Freire (2006), dentre outros. Com efeito, este artigo ficou estruturado em quatro seções, a primeira consta dessa introdução; a segunda, a família na atualidade: pontos e contrapontos; a terceira, educação, religião e família na atualidade e por fim, as considerações finais.

A família na atualidade: pontos e contrapontos

Para desenvolvermos esta proposição, a família na atualidade: pontos e contrapontos, apresentamos o conceito de família, na perspectiva de alguns estudiosos da área; a multiplicidade dos tipos de família; as características da família patriarcal e da família atual para compreendermos os desafios da família

na atualidade, e finalizaremos detendo-nos nos pontos e contrapontos desta família. Conforme Del Priore (2013. p.10):

Ao examinar a história do Brasil, vemos que, longe da ideia de uma família ideal, sempre convivemos com a pluralidade: vivemos em famílias. Isso porque, em nossa terra, diferentes tipos de família se constituíram entre os séculos XVI e meados do século XIX. Apesar das variadas condições que modelaram nossos antepassados, conservamos deles permanências que hoje considerariamos extremamente modernas. A mais curiosa delas é o fato de que as pessoas viviam em grupos estáveis – porém, em grupos nos quais se admitia, também, a chegada de um novo companheiro ou companheira. E, com eles, em muitos casos, de filhos de outras uniões. (DEL PRIORE, 2013, p. 10)

O processo histórico brasileiro evidencia, desde tempos remotos, a existência de vários tipos e conceitos de família, com variedades quanto a sua constituição. Para Capelatto (2007, p.15), a família é “um conjunto de pessoas que se unem pelo desejo de estar juntas, por uma dinâmica chamada afetividade” e o vínculo principal não está na relação parental, mas sim sentimental. Wagner (2002, p. 24) afirma que a família é o “núcleo responsável pela promoção do desenvolvimento e bem-estar dos seus membros”. Baptista et al (2012, p. 17) mencionam que a família “é a primeira instituição com a qual a maioria dos indivíduos mantém contato e pela qual são aprendidas as primeiras convenções sociais e desenvolvidos os principais padrões de comportamento”. Na concepção de Beauvoir (2009, p. 699), a família:

Não é uma comunidade fechada em si mesma: [...] ela estabelece comunicações com outras células sociais; o lar não é apenas ‘um interior’ em que se confina o casal; é também a expressão de seu padrão de vida, de sua fortuna, de seu gosto: deve ser exibido aos olhos de outrem (BEAUVOIR, 2009, p. 699).

Os pontos a serem desenvolvidos nesta análise são a multiplicidade e a amplitude do conceito de família, com seus tipos e características, e como contraponto o perfil da família brasileira, fazendo uma leitura a partir do Censo

(2010), e como a educação e a religião se fazem presentes nas famílias na atualidade e se apresentam como um dos grandes desafios. Teceremos toda uma discussão a partir desse arcabouço.

Assim como são inúmeros os conceitos de família, existem também vários tipos, de acordo com cada contexto em que se inserem, sendo mais conveniente hoje se falar em famílias no plural e não no singular. Isso nos leva a compreender que não existe um único conceito que atenda à complexidade da definição de família na atualidade. Segundo Poster (1979, p.168), “as famílias variam imensamente em diferentes sociedades e podem ser abordadas de inúmeras maneiras, dependendo das finalidades do investigador”. Dentre os conceitos podemos citar: O de família nuclear, aqui entendida como “composta pelo marido, sua mulher e filhos” (GOODE, 1970, p. 79), ou, segundo Giddens (2010, p. 175), constituída por “dois adultos vivendo juntos num mesmo agregado com seus filhos biológicos ou adotados”. Esse conceito de família nuclear é adotado dentro dos estudos socioantropológicos e elucidado por nós nesta análise.

A modalidade de família extensa, conforme Goode (1970, p. 79), “aplica-se, de modo amplo, a um sistema no qual o ideal social é que várias gerações vivam sob o mesmo teto”. Segundo esse autor, esse tipo de família pode também ser constituído “pelas unidades familiares que um homem forma com suas várias esposas, acrescidas das famílias fundadas por seus filhos, tal como ocorre em muitas sociedades africanas, árabes e brasileiras” (GOODE, 1970, p. 79).

Temos, na concepção de Machado (2006, p. 102), as famílias individualizadas, cujo surgimento foi favorecido pela modernidade, considerando a centralidade do indivíduo. Porém, ressalta a autora, “esses processos foram e continuam [sendo] marcados por contínuas tensões entre a autonomia das pessoas e as identidades coletivas ou a presença familiar”. Para ela, há uma tendência de que os cientistas sociais venham “a analisar a crescente valorização do indivíduo com domínio sobre si mesmo e senhor de suas próprias decisões como uma decorrência da propagação e da institucionalização do

individualismo”, ou mesmo como uma expressão da dissolução do modelo de família patriarcal tradicional (MACHADO, 2006, p. 102), descrito por Sarti (1985, p. 39) nestes termos: a família patriarcal “baseada nos princípios da autoridade do homem sobre a mulher, dos mais velhos sobre os mais novos é parte integrante das representações sobre a família” (SARTI, 1985, p. 39).

Temos também a Família Homoparental, que, pela primeira vez, constou de uma pesquisa censitária (IBGE, 2010) como expressão que “designa uma família constituída por duas mães ou dois pais homossexuais, com filhos” (STRAY; PALMA, 2011, p. 130). O termo homoparentalidade é originalmente francês e foi criado em 1997, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) (ROUDINESCO, 2003).

A multiplicidade de tipos de famílias apresentadas teve como parâmetro e fundamentação a análise dos resultados do Censo (IBGE/2010). Matos (2005, p. 95) menciona:

As inúmeras mudanças sociais ocorridas, especialmente nos últimos 30 anos no Brasil, nos confrontaram sem dúvida, com uma acelerada modernização dos costumes e a emergência de novos códigos interpretativos, simbólicos da dimensão identitária e cultural presente nos gêneros em sua dinâmica urbana específica). (MATOS, 2005, p. 95)

Essas alterações sofridas no contexto social atual, pontuadas por Matos (2005) e endossadas a partir do último Censo no espaço da atual da família, são percebidas como movimento do reflexo de questões de gênero, ou seja, da identidade. O que se observa é que esse tipo de família foi se consolidando advindo do contexto social atual, oriundo das famílias recompostas, da adoção e do avanço das tecnologias reprodutivas. Destituindo o princípio fundamental e constitucional de família enquanto grupo social, formado através do casamento e por indivíduos de sexos diferentes. Outro aspecto é a inversão dos papéis, principalmente no tocante ao caso específico de casais de homens, onde faltaria a figura da mulher enquanto cuidadora dos filhos, estigmatizada pelo patriarcalismo.

Com efeito, não poderíamos ocultar os resquícios ressignificados e legitimados do sistema patriarcal, pois percebemos nitidamente no espaço da família atual, principalmente na divisão dos papéis e nas responsabilidades. Como exemplo, muitas mulheres ainda convivem com a submissão e a dominação dos maridos dentro da família, essa é a realidade de algumas delas, mesmo quando se definem como independentes, lidam com a situação de dominação como se fosse “normal” e até atribuem a situação à questão do amor. O que nos remete é que neste quesito, a família na atualidade vai ressignificando a cultura patriarcal, apesar de perceber ainda alguns resquícios da mesma. Ademais, ao longo dos anos, vêm ocorrendo alterações e mudanças no cenário mundial, no que concerne à família, nos seus mais diversificados aspectos, tais como: sociais, culturais, econômicos e políticos. Legitimando os novos arranjos familiares já pontuados. Segundo Sarti (1995, p.43):

No mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Vivemos numa sociedade onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social (SARTI, 1995, p. 43).

A proposição apresentada por Sarti (1995) demonstra um distanciamento da família patriarcal, apontando algumas características apresentadas pela família contemporânea, tais como: uma maior igualdade entre os sexos; presença da mulher no espaço público, através do trabalho; o casamento passou a ser algo opcional; percebe-se um aumento muito grande de pessoas que vivem em uniões não formais; a maternidade passou a ser uma opção, os trabalhos domésticos e o cuidado com a família (filhos), concernentes à educação, passaram a ser de responsabilidade do homem e da mulher; aumento em número da mobilidade

religiosa por parte das famílias e da diversidade de opções religiosas dentro da própria família, dentre outras.

Esse panorama foi alterado e reconstituído através do advento da globalização, que atingiu e ressignificou as instituições sociais, dentre as quais podemos citar a família, que sofreu alterações profundas no seu processo de reconfiguração. Saímos do modelo patriarcal monogâmico e passamos a vivenciar um contexto social permeado pelas famílias recompostas, oriundas da contemporaneidade.

Como afirma Giddens (2010, p.174) “[...] o mundo familiar é hoje muito diferente do que o era há cinquenta anos”. Apesar das instituições do casamento e da família ainda existirem e serem importantes em nossas vidas, o seu caráter mudou radicalmente. A nova família brasileira, apresentada através dos dados do Censo (IBGE/2010), traz as famílias recompostas como uma das principais características da família contemporânea. Sendo as famílias recompostas oriundas dos novos arranjos familiares, também apresentou-se um número expressivo desse tipo, destacando: os casais sem filhos, as pessoas morando sozinhas, três gerações sob o mesmo teto, casais gays, mães e pais sozinho/as com filhos e amigo/as morando juntos. Giddens (1993, p.72) pontua que:

[...] há uma tendência na época atual de os ideais do amor romântico fragmentarem-se “sob a pressão da emancipação e da autonomia sexual feminina”. Com isso, surge o *amor confluyente*, que de alguma maneira, é “o oposto da identificação projetiva, ainda que tal identificação, por vezes, estabeleça um caminho até ele (GIDDENS, 1993, p. 72, grifo do autor).

O “amor confluyente”, para Giddens (1993), é uma característica da sociedade contemporânea e um elemento determinante das famílias recompostas. No amor confluyente, as relações de gênero são equilibradas, devido a serem livres os papéis sociais entre homem e mulher. Portanto, ‘o amor confluyente’, afirma o autor, “é um amor ativo, contingente, e por isso entra em

choque com as categorias 'para sempre' e 'único' da ideia do amor romântico" (GIDDENS, 1993, p. 72).

Assim, na família da atualidade ainda existem resquícios da família patriarcal, conforme mencionado acima. Dentro dessa perspectiva, o que se observa na contemporaneidade é a liberdade e a autonomia que a mulher tem dentro da família, podendo ocupar espaços públicos, seja no trabalho, na área da educação ou da religião, pois elas se afirmam no seu cotidiano, por meio da família e de sua relação com marido e filhos.

No contexto apresentado anteriormente, na grande maioria, a atualidade apresenta-se como um espaço de encontro das famílias recompostas no contexto dos novos arranjos familiares. Havendo uma alternância e divisão dos papéis no que diz respeito aos cuidados da casa, dos alimentos, dos filhos, da educação, da religião, da higienização e também de cumprir com o papel afetivo e sexual no relacionamento do casal. Lima (2014, p. 24) nos diz:

Ao se pensar os valores condizentes com 'o ser homem' e o 'ser mulher' presente neste regime político, poder-se-á ter uma compreensão de como a cultura ocidental pauta os seus discursos em uma constante valorização do homem como um ser dotado de razão e pertencente à esfera pública; e como a figura da mulher, nesta estrutura social, é vista como sexo frágil, personificação do pecado e limitada à esfera privada (LIMA, 2014, p 24).

O sentido de família vem se ampliando na atualidade, conforme Del Priore (2013, p.13),

A singularidade da família patriarcal é que ela não se restringia ao trio mencionado. Pai, mãe e filhos constituíam apenas o núcleo central. A família incluía também os parentes, os filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, empregados e amigos com que se nutria uma relação de compadrio – isto é, padrinhos ou madrinhas -, além de agregados e escravos. Laços de dependência e solidariedade uniam seus membros. (DEL PRIORE, 2013, p. 13).

Na concepção de Ariès (1981, p.143), “a família conjugal moderna seria, portanto, a consequência de uma evolução que, no final da Idade Média, teria enfraquecido a linhagem e as tendências à indivisão”. O tipo de família nuclear fundada no sistema patriarcal, que permeia todo o universo religioso, assim como algumas características levantadas pelo CENSO realizado pelo IBGE em 2010, encontra-se em fase de transformação, podendo até mesmo vir a desaparecer.

Um dos pontos principais desta análise, é pontuar adequação da instituição familiar às novas exigências impostas pela contemporaneidade, como vetor de mudança na cultural e de novas perspectivas, especificamente no que diz respeito à educação e religião. Na sequência, discorreremos sobre esse aspecto.

Educação, religião e família na atualidade

A contemporaneidade se apresenta de forma diversificada, mediatizada pelo progresso e o acelerado crescimento técnico-científico, e isso tem provocado alterações no comportamento do homem e da mulher, principalmente nas questões de ordem cultural, educativa e religiosa concernentes à família. Com efeito, a educação, religião e a família são categorias que passam por profundas transformações na atualidade. Pelo fato de educação e religião serem elementos determinantes dentro da família, e que esta seja um elemento da religião, é que fizemos esse recorte, buscando apresentar essa relação expressa na atualidade.

Enfim, os fatos básicos da vida, como nascimento, crescimento e morte, acontecem nessa esfera. A família “é o contexto natural para crescer e receber auxílio, pois ela cumpre o papel de garantir o pertencimento e promover a individualização do sujeito, que, por sua vez, elabora a própria identidade” (SANCHES, 2012, p. 43).

Segundo Wagner (2011, p.16):

a família segue tendo que dar conta da educação, do cuidado e da proteção dos filhos, por exemplo. Mesmo que haja uma

modificação no ato de cuidar, atrelada às mudanças socioculturais vigentes, a família continua a exercer uma função sociabilizadora importante para a sociedade. (WAGNER, 2011, p. 16)

Não obstante, a educação é entendida no âmbito social como direito de todos. Segundo artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988, seção I:

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e suas qualificações para o trabalho. (BRASIL, CF, 1988, Art. 205).

Com base no que reza a Constituição de 1988, a educação é um direito de todos os cidadãos brasileiros, atribuindo-se ao estado e a família, o dever de provê-la, buscando oportunizar o “pleno desenvolvimento da pessoa”. Para tanto, é preciso que cada cidadão e cidadã tenham garantidos o acesso, o processo e o sucesso diante das possibilidades oferecidas pela educação, sobretudo, a educação básica pública, a qual é destinada a maioria da população menos favorecida. Não obstante, sabemos que a educação brasileira tem garantido na atualidade o acesso à escola, contudo o processo e o sucesso ainda são metas que devem continuar sendo perseguidos.

Essa referência explicitada na CF de 1998, acerca do dever da família com a educação, nos leva a pensar sobre a educação no contexto da família na atualidade. Tendo como entendimento que a educação consiste em prolongamento dos fatores políticos, econômicos e culturais, portanto não está à margem ou deslocada da sociedade, as transformações que têm ocorrido no âmago dos arranjos familiares têm suscitado da escola novas perspectivas nas relações entre a educação e a família.

Na contemporaneidade, convivemos com diferentes alterações como: aumento das novas possibilidades da inserção da mulher no mundo do trabalho, exigindo da instituição escolar apresentar uma alternativa segura e confortável, sobretudo, para essas mulheres chefes de família, as quais saem diariamente para

trabalhar e precisam de creches e escolas para acolher e oportunizar aprendizagens significativas para seus filhos e filhas.

As mulheres cada vez mais estão ocupando espaços que antes eram legitimados como de exclusividade do gênero masculino, assim o desejo de se realizar profissionalmente tem revelado um preço alto, que envolve conciliar trabalho e família, a conhecida dupla jornada de trabalho. Portanto, é relevante salientar que ocorreram grandes mudanças no cenário de trabalho feminino, isso porque essas mudanças advêm da necessidade do homem e da mulher tanto de proverem a manutenção e o sustento da família, quanto a buscarem realização profissional, e essa busca entre os gêneros feminino e masculino, tem sido de certa forma desigual no que concerne às mulheres terem várias responsabilidades tanto profissional como familiar.

Através dessa constatação, é preciso frisar que a educação não é tarefa e função restrita aos espaços escolares e ao poder público, pois é consonante afirmar que é na família que ocorrem as primeiras aprendizagens. A escola segundo Nérici (1977, p. 195) “existe para complementar a ação educativa do lar, na sua tarefa de preparar novas gerações para o exercício pleno da cidadania”, assim como a escola:

[...] não deve assumir, sozinha, a incumbência da família, de educar-lhe os filhos. Deve, sim, empenhar-se para que esta se convença das suas obrigações inalienáveis no processo educativo da prole. Deve evidenciar que certas condições básicas, emotivas, principalmente, para a boa marcha da educação, devem ser preparadas pela família, sem o que muito pouco poderá fazer a escola. (NÉRICI, 1977, p.194).

Corroborando com essa assertiva, reiteramos que tanto a família quanto a escola precisam pensar em formas dialógicas para acompanhar as transformações sociais, tendo em vista o estabelecimento de mediações coerentes e legitimamente situadas, com vistas a apoiarem novas e fecundas aprendizagens.

Outrossim, quando falamos de educação e religião, é inevitável trazer a voga questões pertinentes ao ensino religioso, o qual tem sido contemplado nos documentos oficiais e no entendimento dos educadores como questão complexa que merece ser discutida de forma minuciosa, pois segunda Base Nacional Comum Curricular⁴:

Ao longo da história da educação brasileira, o Ensino Religioso assumiu diferentes perspectivas teórico-metodológicas, geralmente de viés confessional ou interconfessional. A partir da década de 1980, as transformações socioculturais que provocaram mudanças paradigmáticas no campo educacional também impactaram no Ensino Religioso. Em função dos promulgados ideais de democracia, inclusão social e educação integral, vários setores da sociedade civil passaram a reivindicar a abordagem do conhecimento religioso e o reconhecimento da diversidade religiosa no âmbito dos currículos escolares. (BRASIL, BNCC, 2017, p.433).

É notório que a BNCC, indica o ensino religioso como componente curricular de “oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa, em diferentes regiões do país” (BNCC, 2017, p.435), ou seja, reiteram o que trilhamos nas últimas décadas, o ensino religioso como componente obrigatório com matrícula facultativa para o estudante. Portanto, essa reivindicação do retorno da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas do Ensino Fundamental, com um viés de diversidade religiosa no âmbito do currículo, precisa ser vista com muito cuidado, para não vivenciarmos dentro da escola a negação e/ou valorização de uma abordagem religiosa sobre a outra, destacando-se o preconceito historicamente constatado sobre as religiões de matrizes africanas. No entanto, reiteramos, que como sinaliza a BNCC, que:

O Ensino Religioso busca construir, por meio do estudo dos conhecimentos religiosos e das filosofias de vida, atitudes de

⁴ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, BNCC, 2017).

reconhecimento e respeito às alteridades. Trata-se de um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que visam o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz. Tais finalidades se articulam aos elementos da formação integral dos estudantes, na medida em que fomentam a aprendizagem da convivência democrática e cidadã, princípio básico à vida em sociedade. (BRASIL, BNCC, 2017, p.435).

Com efeito, espera-se de fato que essa estruturação curricular não incorra no erro historicamente constatado em partes significativas das escolas brasileiras na abordagem do ensino religioso, ou seja, que estava quase sempre vinculado a uma determinada religião defendida pelo professor ou professora que a ministrava, e desse modo, sem dúvida, ocorria a disseminação da defesa uma determinada religião sobre as outras nas abordagens em sala de aula, mesmo que de forma velada. Situação que asseverava os preconceitos, o desrespeito, a intolerância. Contudo, o que traz a BNCC é juntamente que a abordagem desse conhecimento religioso vise “atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades”.

No que diz respeito à religião, relacionaremos os dados apresentados no Censo do IBGE (2010) ao campo religioso brasileiro, pelo fato de ser esse campo um dos nossos parâmetros de análise. Fica demonstrada uma reconfiguração do campo religioso, marcada pela pluralidade e diversidade religiosa, no qual foi constatado o declínio do catolicismo, em detrimento do crescimento de outras expressões religiosas, como exemplo o protestantismo. Outro aspecto ressaltado é o crescimento do número de pessoas que se declararam sem religião e o crescimento do movimento neopentecostal.

Entretanto, a análise dessa diversidade religiosa, a partir do Censo de 2010, marca uma nova configuração no campo religioso brasileiro, afirmando o aumento do número de mulheres, em detrimento do número de homens, nas opções e mobilidade religiosas. Isso ajuda a compreender um maior número de

romeiras, por exemplo, participando da Romaria na cidade de Bom Jesus da Lapa.

Partindo desse pressuposto, no Brasil há uma diversidade religiosa muito latente, que se enraizou desde o início da colonização, instituída por europeus, índios e africanos. Levando-se em conta esse aspecto, temos uma gama de teóricos que analisam esse contexto, ressaltando a especificidade desse campo religioso. Giddens (2010, p. 535) menciona: “temos de reconhecer a diversidade das crenças religiosas e dos modos de conduta, mas devemos igualmente analisar a natureza da religião como fenômeno de caráter geral”.

Assim como o Brasil é marcado por uma grande diversidade/pluralidade religiosa, fator esse oriundo das estruturas sociais existentes que se refletem no primeiro grupo social a que o indivíduo pertence, que é a família, esse aspecto também foi confirmado através do Censo IBGE (2010), que traz aspectos do que chamamos de ‘nova família’, marcada pela diversidade e pluralidade de tipos e características, deixa claro que hoje não podemos mais afirmar que temos um tipo característico de família e sim tipos de famílias diferenciadas que retratam a sociedade brasileira, pois há uma interligação das mudanças no aspecto socioeconômico, oriundas do século XX, com as esferas estruturais da sociedade, como é o caso da família.

Segundo Losacco (2008), na atualidade, a família perde a sua essência, deixando de ser aquela instituída através do casamento formal (civil e religioso), passando a ser uma instituição formada pelas uniões não formais, havendo uma diversidade de uniões de pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes vivendo juntas, que se denominam família, sem firmar nenhum compromisso legal, apenas afetivo, como é o caso dos homossexuais, das mães solteiras, dentre outros, sem nenhuma discriminação e de igualdade de direitos. Essa nova configuração de família foi constatada através do censo de 2010, realizado pelo IBGE, justificando o que disse Losacco (2008, p. 64), conforme o qual, “seja qual

for sua configuração, as estruturas familiares reproduzem as dinâmicas sócio históricas existentes”.

Conforme resultado do Censo IBGE (2010), há, de fato, uma alteração do perfil das famílias brasileiras, pois, ao lado do tradicional modelo da família nuclear monogâmica, ainda existente, com expressividade, aparecem outros tipos de uniões. Dentre as principais transformações elencamos algumas: o casamento (na igreja ou no civil) está perdendo espaço para as uniões informais e uniões com pessoas do mesmo sexo; famílias vivem com filhos que são frutos de outros relacionamentos; aumentou o número de pessoas que moram sozinhas; as mulheres brasileiras estão tendo menos filhos e deixando a maternidade para mais tarde, diminuindo, assim, a taxa de fecundidade; aumenta o número de famílias chefiadas por mulheres; diminui a taxa de crescimento populacional; aumenta a população idosa; há uma maior escolarização das mulheres, como consequência melhoria da renda da família; o orçamento doméstico passa a ser partilhado pelos membros da família, dentre outros.

Houve um aumento das famílias compostas por duas pessoas, assim como o surgimento de novos arranjos familiares, a exemplo da união de pessoas divorciadas. Em contrapartida, aumentou o número de famílias sob responsabilidade exclusiva da mulher, devido a um maior nível de formação intelectual feminina e uma grande maioria se constituir de viúvas ou divorciadas. Sarti (2008, p.30) diz:

A sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres ‘chefes de família’ é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites da casa. Tal como acontece o deslocamento dos papéis masculinos, os papéis femininos, na impossibilidade de serem exercidos pela mãe-esposa-dona de casa, são igualmente transferidos para outras mulheres, de fora ou de dentro da unidade doméstica (SARTI, 2008, p. 30).

A afirmação de Sarti (2008) ajuda-nos a perceber que há uma transformação da família, na medida em que a mulher passa a ocupar espaços

público os diferenciados, tornando-se mais autônoma e independente em relação ao marido, havendo uma transformação no contexto familiar.

Nas sociedades ocidentais, em sua grande maioria, a inserção da família nuclear compreende uma longa rede de parentesco, como é o caso das famílias brasileiras, Alves (2005) diz:

Na literatura antropológica e sociológica são apresentados dois modelos de família que servem à interpretação das sociedades moderno-contemporâneas. De um lado, figuram as clássicas narrativas sobre a 'família patriarcal' nas quais se destaca a obra de Gilberto Freyre, principalmente *Casa grande e senzala* (1933); de outro, ressalta-se o paradigma da 'família conjugal moderna', com sua afirmação do individualismo e do princípio da igualdade (ALVES, 2005, p. 19).

Essa autora confirma a análise da sociedade contemporânea, que entre permanências e transformações, as famílias tendem a incorporar as características da modernidade, resignificando os seus valores e reafirmando os aspectos que asseguram sua função e sua identidade. Assim, percebe-se uma alteração no perfil das famílias na atualidade, principalmente no que diz respeito ao papel das mulheres dentro desse contexto.

Embora a família continue sendo objeto de inúmeras análises e seja o reflexo da sociedade e se encontre em profunda mudança e transformação, não existindo mais um modelo único, adequado e determinado e, sim, uma diversidade de novos arranjos familiares, como mencionado anteriormente. Referendando que "é a religião que dá os parâmetros morais para as relações familiares" (LUNA, 2006, p. 120).

Essa questão pode ser elucidada na medida em que se tem observado a crescente procura dos pais em dar aos filhos uma educação, através das escolas confessionais, pertencentes às instituições religiosas, o que tem contribuído para o crescimento e consolidação das grandes redes de ensino e sua referência no que diz respeito à qualidade e ao diferencial da formação no âmbito intelectual e humano, assim como propiciar aos mesmos à iniciação e pertença religiosa

através da participação nos cursos de catequeses, escolinhas dominicais, de evangelização, dentre outras, oferecidas pelas Instituições Religiosas (igreja Católica, igreja Evangélica, Centros Espiritas, Terreiros candomblecistas, dentre outras), levando em conta a pertença religiosa dos pais e muito pouco ainda é concedido aos filhos a oportunidade da escolha, daí um gargalho que a família precisa trabalhar, a religião enquanto imposição; o que vem se atendo a estas questões a família na atualidade.

Diante disso, ratifica-se a proposição de Natividade (2005, p. 254): “a aproximação do ambiente religioso pela família é motivada por razões advindas de registros distintos, geralmente associada a uma situação-limite que leva à busca da religião como possibilidade de superação do sofrimento e de encontro de felicidade”. O que nos faz perceber que mesmo no advento da família na contemporaneidade a busca pelo sagrado ainda está muito ligada a momentos específicos. O que observamos comumente, dentro do espaço familiar que é mantida a tradição de encontrarmos elementos peculiares carregados de significados, que expressam a pertença religiosa da família tais como, o santo, o oratório familiar, a bíblia, o crucifixo, o terço, a vela, os orixás, a mandala, dentre outros. No entanto, o modelo religioso da família funciona como reforço simbólico da sua identidade social. Podemos perceber que a religião é uma forma de moldar as pessoas e, conseqüentemente, os grupos sociais, como é o caso da família, tendo como função:

Produzir indivíduos autônomos que, por sua vez reproduzem os valores preeminentes do núcleo familiar. O eixo central da família é, assim, fundado sobre uma tensão estruturante: para que os indivíduos se tornem autônomos é preciso um afastamento do núcleo de origem (HEILBORN, 2005, p. 10).

O que se observa até o momento é que não se pode afirmar que haja um enfraquecimento ou até mesmo o desaparecimento da instituição familiar e, sim, que, diante do que vem sendo exposto e constatado pelo Censo (IBGE/2010), há uma transformação e uma alteração no formato de família e nas relações de

gênero, oriundas deste novo contexto social, cada vez menos atribuímos a competência e responsabilidade da mulher de transmitir os valores religiosos e educativos para os filhos, apesar de ser um aspecto geracional herdado da cultura patriarcal e reconfigurado pelos novos modelos de família na atualidade.

No contexto social em que vivemos, consoante a especificidade da família atual, que traz ainda estas características mencionadas acima e nos levou a instigar este estudo, Goode (1970, p. 17) afirma que a família “é a base instrumental mais importante da estrutura social inclusiva, pois o desempenho de um papel que é aprendido na família se torna o modelo ou o protótipo do desempenho dos papéis exigidos nos outros segmentos da sociedade”.

Faz-se necessário reconhecer e refletir sobre as transformações que vieram e vêm ocorrendo na passagem do modelo tradicional de família para os novos arranjos da contemporaneidade, nos distanciando e referendando apenas os aspectos biológicos e normativos ao longo da história, e trazendo na atualidade os aportes culturais e sociais vigentes, não extinguido a importância da mesma dentro desse contexto.

Considerações finais

Tendo como base as discussões teóricas que empreitamos neste artigo, que teve como finalidade explicitar algumas questões acerca dos desafios da família na atualidade, destacando perspectivas sobre a educação e religião, compreendemos que, diante da complexidade que envolve as discussões teóricas concernentes a educação, a família e a religião, é necessário pensar nessas categorias de análises de forma historicamente contextualizada, considerando as dimensões políticas, econômicas e sociais, com vistas defender as relações de diálogos que podem surgir mesmo na contradição e na tensão.

Com efeito, quando pensamos a família na atualidade, convidamos a educação e a religião, para entendermos as transformações efetivadas na família atual, que vem cada vez mais se afastando dos resquícios da família patriarcal

(ainda viva em alguns lares), trazendo em alguns casos uma relação mais horizontalizada na família nuclear, assim como é constatado nos dados do IBGE (2010), os novos arranjos de famílias chefiadas por mulher, família extensa, família Homoparental, famílias sem filhos, dentre outros. Dados esses que nos mobilizam a pensar que a família tem mudado e cabe questionar: como temos lidados com essas alterações no âmbito das instituições escolares e nas diferentes religiões? Como no âmago dessas instituições temos abordado nos nossos discursos e nossa ação essa inexorável realidade?

Essas inquietações aqui tecidas não têm como princípio trazer respostas tendenciosas ou sectárias, mas problematizar diálogos pertinentes ao nosso tempo e às nossas relações sociais, vivenciadas cotidianamente em diferentes contextos (da família, da escola, da igreja, do terreiro, do culto, dentre outros...). Não obstante, é comum no nosso País plural e multirracial escutarmos nas redes sociais e nos noticiários escritos e televisionados relatos de intolerância religiosa, assassinatos indiscriminados de jovens negros, jovens homossexuais, como algo “natural”, dito por aqueles que não partilham do princípio da equidade, do direito, da igualdade, da fraternidade, do respeito e da alteridade, enfim, do diálogo.

Assim, ressaltamos que o objetivo desse estudo não foi de esgotar essa temática. Mas, propor um convite ao diálogo de questões que envolvem direta e indiretamente a família do \ no nosso tempo historicamente situado. E aqui fica o convite do grande educador Freire (2002), do exercício contínuo da dialogicidade, da ação permanente do saudável debate e diálogo sobre as demandas que emergem dos/nos contextos familiares.

Referências

ALVES, Andréia Moraes. Família, sexualidade e velhice feminina. In: HEILBORN, Maria Luiza (org). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em 12.12. 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado>. Acesso em 12.12.2107.
- BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12.12.2017.
- BAPTISTA, Makilim Nunes; CARDOSO, Hugo Ferrari; GOMES, Juliana Oliveira. Intergeneracionalidade familiar. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; TEODORO, Maycoln L. M. (Org). *Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção*. São Paulo: Artmed, 2012. p. 16-26.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- CAPELATTO, Ivan. *Diálogos sobre a afetividade*. 3. ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2007.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 37, p. 5-16, maio 1981 [colocar assim: maio 1981].
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias et al. Família, reprodução e ethos religioso: subjetivismo e naturalismo como valores estruturantes. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias et al (Org). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006. p. 7-14.
- FREIRE, Gilberto. 1900-19807. *Casa Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51. Ed. rev.. São Paulo: Global, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.
- GIDDENS, A. Risco, confiança e reflexividade. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony; LASH, Scott (Orgs.). *Modernização reflexiva*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- GOODE, William J. *A família*. Tradução Antônio Augusto Arantes Neto. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.
- HEILBORN, Maria Luiza et al. Apresentação: In: HEILBORN, Maria Luiza et al (Org). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 9-18.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. *Família e Domicílio*. Rio de Janeiro, p. 1-203m 2010. Disponível em: <http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Familias_e_Domicilios/censo_fam_dom.pdf>. Acesso em: 10.07.2013.
- KLINGER, Elmar. *Jesus e o diálogo das religiões: o projeto do pluralismo*. Tradução Edgar Orth. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2010.
- LEMOS, Carolina Teles. *Religião e saúde: (re)significando as dores na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Descubra, 2008.

- LIMA, Danielle Ventura Bandeira de. *Devoção e santidade: As irmãs de caridade de Pe Ibiapina sob o modelo mariano*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.
- LOSACCO, Silvia. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. *Família: Redes, laço e políticas públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 63-76.
- LUNA, Naara. Religiosidade no contexto das novas tecnologias reprodutivas. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias et al (Orgs.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006. p. 113-150.
- MATOS, Marlise. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. In: ARAÚJO Clara e SCALON Celi (org). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- MATURANA, Humberto; VERDEN-ZOLLER, Gerda. *Amar e Brincar: Fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia*. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas, 2004.
- NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal. In: HEILBORN, Maria Luiza et al.(org.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Gramond, 2005.
- NÉRICI, Imídio Giuseppe, Lar, Escola e Educação. 3. ed. São Paulo, atlas, 1972. 224 p
- POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SANCHES, Fátima Abad. A família na visão sistêmica. In: BAPTISTA, Maklim Nunes; TEODORO, Maycoln L. M. (Org.). *Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção*. São Paulo: Artmed, 2012. p. 38-47.
- SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmos Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Editora da PUC-SP, 1985 b. p. 39-49.
- STRAY, Marlene Neves; PALMA, Yáskara Arrial. A família homomaternal: mulheres que amam mulheres e amam seus (suas) filhas. In: STREY, Marlene Neves; PIASON, Aline da Silva; SANTOS, Ana Luiza dos. *Vida de mulher: gênero, sexualidade e etnia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 129-150.
- WAGNER, Adriana. Possibilidades e potencialidades da família: A construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: WAGNER, Adriana (Coord.). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 23-38.